



EDUCAÇÃO E CLASSES SOCIAIS: AS “REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS” E O *ETHOS* MERCANTIL NA ESFERA PÚBLICA

EDUCATION AND SOCIAL CLASSES:
THE "PUBLIC POLICY NETWORKS" AND THE *ETHOS* MERCANTIL IN PUBLIC SPHERE

EDUCACIÓN Y SOCIALES CLASES
LAS "REDES DE POLÍTICAS" Y EL *ETHOS* MERCANTIL EN LA ESFERA PÚBLICA

*Maria Vieira Silva*¹
*Vilma Aparecida de Souza*²
*Leonice Matilde Richter*³

RESUMO: O artigo analisa alguns elementos constitutivos da relação entre educação e classes sociais, mediante ações dos gestores empresariais e educacionais nas parcerias estabelecidas entre o Estado, organismos sociais e o setor privado. Aborda o cenário político e pedagógico em que se realizam as “redes de políticas” e o *ethos* do setor mercantil na escola pública. Método: Para a composição da rede de políticas no Brasil, são apresentadas sínteses analíticas de uma pesquisa documental e a ferramenta de análise de redes com o NODEXL. Resultados: As redes guardam interesses financeiros das “*grantmakers*”, que são justificados por discursos do compromisso social, mas engendram o controle mercantil sobre instituições estatais por meio de mecanismo de *accountability* com desdobramentos de responsabilização para a gestão da escola pública e o trabalho docente. Conclusão: O protagonismo desses mecanismos na organização escolar colabora para disseminar concepções e promover adesões de princípios ancorados na lógica da gestão “público-privada”.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais. Análise de redes. Classes sociais.

ABSTRACT: The article analyzes the main characteristics of the relationship between education and social classes, through actions of corporate and educational managers in partnerships between the State, social organizations and the private sector. It addresses the political and pedagogical scenario in which they carry out the "policy networks" and the ethos of the commercial sector in public school. Method: analytical synthesis of documentary research and network analysis tool with the NODEXL are presented for policy network composition in Brazil. Results: The networks hold financial interests "grantmakers" that are justified by discourses of social commitment, but engender the commercial control over state institutions through the accountability mechanism of accountability with consequences for the management of the public school and the

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2001), e Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU. E-mail: mvs@ufu.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2014) e Professora adjunta do curso de Pedagogia na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal/FACIP da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: vilmasouza@yahoo.com.br

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2015) e Professora adjunta do curso de Pedagogia na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal/FACIP da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: leonice@pontal.ufu.br

Recebido em: 06/07/2015 – **Aceito em:** 17/11/2015.

teaching profession. Conclusion: The role of these mechanisms in school organization collaborates to spread ideas and promote adherence of principles anchored in the logic of "public-private" management.

KEYWORDS: Educational Policies. Analysis networks. Social classes.

RESUMEN: Introducción: El artículo analiza las principales características de la relación entre la educación y las clases sociales, mediante acciones de los gerentes corporativos y educativos en las alianzas entre el Estado, las organizaciones sociales y el sector privado. Aborda el contexto político y pedagógico que se llevan a cabo con las "redes de políticas" y el *ethos* del sector comercial en la escuela pública. Método: Para la composición de directivas de redes en Brasil, se presentan análisis documental y la herramienta de investigación con el NodeXL. Resultados: Las redes tienen intereses financieros de las "grantmakers" que se justifican por los discursos de compromiso social, pero generan el control comercial sobre las instituciones del Estado mediante del mecanismo de *accountability* con consecuencias para la gestión de la escuela pública y del labor docente. Conclusión: El papel de estos mecanismos en la organización escolar colabora para difundir ideas y promover el cumplimiento de los principios anclados en la lógica de la gestión "público-privada".

PALABRAS CLAVE: Políticas Educativas. Redes de análisis. Clases sociales.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas temos presenciado de forma expressiva, na esfera educacional, uma imbricada e complexa teia de relações constituídas por meio de parcerias estabelecidas entre o Estado, diferentes organismos sociais e o setor privado, denominadas por Ball (1994) de *policy networks*. Tais redes têm sido configuradas com a atuação efetiva de parcerias público-privadas, pautadas nos discursos de filantropia e em um novo modelo da indústria de serviços educacionais conduzidas por gestores empresariais e educacionais.

A intervenção do setor empresarial ou de organizações não governamentais no âmbito educacional não é um fenômeno peculiar ao tempo presente, ao contrário, são dimensões que se processam ao longo da história desse modo de produção. Obviamente as ações produzidas em diferentes contextos trazem marcas de uma identidade particular, plasmadas por dimensões históricas constitutivas e constituintes de sua materialidade. Tendo como referência as mutações ocorridas no Estado na contemporaneidade, propomo-nos a analisar as "redes de políticas" constituídas por um bloco heterogêneo de entidades da esfera pública e da esfera privada e suas implicações para uma nova lógica de organização escolar, pautada, vias de regra, pelo modelo mercantil, visando à perpetuação dos princípios, concepções, ideologias e sociabilidades da classe historicamente hegemônica.

Para tanto, colocaremos em relevo a temática em tela a partir dos seguintes aspectos: as dimensões de classe social tangenciadas nas políticas educacionais contemporâneas; as "redes de políticas" e o *ethos* do setor mercantil na escola pública.

2 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE EDUCAÇÃO E CLASSES SOCIAIS

A categoria “classe social” é central na teoria social e no pensamento marxiano e constituiu-se em objeto de reflexões de teóricos e pesquisadores em diversos campos da área de ciências humanas e sociais e em diferentes contextos mediante dimensões multifacetadas para análises e problematizações da realidade estudada. Destarte, os contributos de Marx sobre tal tema constituíram-se em uma referência clássica para o delineamento do conceito e da instrumentalização da luta política. De acordo com o autor,

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta toda a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (MARX; ENGELS, 1986, p. 301).

Esse excerto do prefácio de uma clássica obra de Marx e Engels permite-nos compreender a dimensão histórica das classes sociais “na produção social da vida”. Nas formulações de Marx sobre classes sociais é inevitável não se reportar à estrutura da sociedade dividida entre duas classes sociais fundamentais e antagônicas: a classe proprietária dos meios de produção e a classe proprietária da força de trabalho. Contudo, o autor, na obra “*O Manifesto do Partido Comunista*”, analisa também a composição das classes médias, definidas por serem,

[...] não proprietária, mas simpática às bandeiras da burguesia. As classes médias - pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses - combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como classes médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da história. Quando são revolucionárias é em consequência de sua eminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado (MARX, 1998, p. 29).

Em outra temporalidade histórica e com identidade particular em relação ao contexto em que se ancorou o pensamento marxiano, Bernardo (1991), por meio de ângulos distintos de análise apresenta reflexões em seu trabalho *Capital, sindicatos e gestores*, sobre a classe dos gestores – na qualidade de classe capitalista – como a economia de Estado a produziu e a sua importância para a dinâmica do capital. O autor afirma que, nas épocas em que “as empresas estavam, no processo de produção, relativamente isoladas uma das outras, também prevalecia entre os capitalistas de cada uma delas um relativo isolamento mútuo” (BERNARDO, 1987, p.54). Bernardo caracteriza essa fase como sendo marcada pela apropriação particularizada do capital mediante o predomínio da burguesia. Isso decorre do

fato de o processo global de produção não estar ainda suficientemente integrado. Entretanto, “a partir do momento em que a integração começou a prevalecer sobre o caráter particularizado de cada unidade produtiva, a burguesia declinou e os gestores afirmaram-se como a mais importante classe capitalista” (BERNARDO, 1987). Com efeito, o surgimento dos gestores está associado à complexidade do processo de trabalho, na medida em que a propriedade capitalista deixou de ser particularizada e administrada pelo próprio capitalista e passou a ser mais globalizada e administrada pelos gestores.

Ainda de acordo com Bernardo, a “propriedade não se restringe hoje ao âmbito de empresas isoladas; passa pelo processo de produção como totalidade, por isso a sua forma é coletiva ao conjunto dos capitalistas e não particularizada por cada um. É na medida em que um gestor participa na organização do processo global de produção que ele é um dos proprietários coletivos do capital” (BERNARDO, 1987, p.54). Assim, embora os gestores não sejam proprietários dos meios de produção eles administram o trabalho realizado pela classe trabalhadora, submetendo-a à disciplina do capital, e participam da propriedade como se esta fosse sua, pois “os mecanismos desse controle constituem a gestão capitalista do processo de trabalho e, por isso, quem participa da gestão, participa do capital – o que é o mesmo que dizer que é um dos proprietários do capital” (BERNARDO, 1987, p. 55).

O papel dos gestores é, portanto, o de assegurar a expansão do capital por meio do controle sobre as forças produtivas, principalmente pela produção da mais-valia. Nessa direção, não são apenas os proprietários dos meios de produção que se apresentam como capitalistas, mas também seus gestores e intelectuais. Segundo Bernardo, existem duas classes capitalistas: a burguesa e a gestorial, mas que se distinguem nos seguintes aspectos: “a) pelas funções que desempenham no modo de produção e, por conseguinte; b) pelas superestruturas jurídicas e ideológicas que lhes correspondem; c) pelas suas diferentes origens históricas; d) pelos seus diferentes desenvolvimentos históricos” (1991, p. 203).

Depreende-se, pois, dessa teorização de Bernardo que as ‘Condições Gerais de Produção’ constituem a base e o canal das inter-relações de cada unidade econômica de produção para sua inserção na ‘teia’ do funcionamento integrado do capital – inter-relações mediadas pelos gestores. É no bojo desta integração coletiva que os gestores atuam e se fortalecem como classe capitalista, levando-nos a compreender a ‘linha divisória’ entre a outra classe capitalista – os burgueses – e, ao mesmo tempo, como se enquadram nela.

No âmbito da educação, é emblemática a atuação dos gestores no processo de formulação de planos, programas, dispositivos pedagógicos e definição de políticas públicas, de forma orgânica e articulada.

A partir de uma perspectiva teórica distinta das formulações do marxismo clássico, o britânico Stephen J. Ball, tem nos proporcionado importantes contributos para análises concernentes às novas configurações das políticas educacionais e, especificamente, aspectos que concernem aos atuais hibridismos entre a esfera pública e privada e os contornos da

regulação social daí derivados, mediante os parâmetros do novo gerencialismo, oriundos da lógica mercantil. Destarte, os gestores assumem centralidade nesse processo, disseminando os preceitos da produtividade e da competitividade na esfera educacional, incitando a busca pela qualidade e excelência, por meio dos desígnios da *accountability*⁴.

Tendo como referência as formulações da classe de gestores para a economia política apresentadas por Bernardo (1997; 1991), buscaremos evidenciar as regularidades de sua atuação, mediante conexões por nós estabelecidas entre esse aporte teórico e a esfera educacional, colocando em relevo como as intervenções dos gestores reverberam nas políticas educacionais contemporâneas. Para a verticalização das análises da atuação de gestores empresariais no âmbito das políticas públicas de educação, por sua vez, iremos nos basear na categoria *policy networks*, desenvolvida por Ball (1994; 2010; 2012; 2013), uma vez que tal abordagem nos oferece instrumentos importantes para um estudo crítico do processo de produção de políticas e programas educacionais no tempo presente. Corroborando com Mainardes (2006), compreende-se que essa abordagem pode ser tomada como uma ferramenta metodológica, manejada à luz de distintos referenciais epistemológicos. Destarte, ainda que as contribuições de Ball (1994; 2010; 2012; 2013) não sejam necessariamente vinculadas de forma ortodoxa ao materialismo histórico-dialético, são importantes chaves analíticas para perspectivas críticas de compreensão da organização do Estado capitalista contemporâneo e os desdobramentos de sua lógica para as políticas públicas.

Na seção que se segue, enfocaremos a atuação da ‘classe dos gestores’ na educação mediante o processo de *policy networks*.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi realizado em uma abordagem qualitativa e para a composição da rede de políticas no Brasil, pautamos em uma densa pesquisa documental envolvendo o organismo “Todos pela Educação” (TPE) e utilizamos como ferramenta a análise de redes com o NODEXL.

Estudos de Ball (1994), realizados a partir de uma perspectiva teórico-metodológica pluralista e crítica, esclarecem que política é um conjunto de tecnologias e práticas realizadas e disputadas em nível local, envolvendo as dimensões do texto e da ação, da intenção e da

⁴O conceito de *accountability*/responsabilização é comumente utilizado para a compreensão da diretriz adotada pelos Estados na gestão pública. No Brasil, o mencionado conceito tem sido traduzido como um processo de responsabilização e prestação de contas. Pressupostos da *accountability* têm origem nos mecanismos adotados pelas empresas privadas para o planejamento estratégico e a gestão de resultados, com vistas a assegurar eficiência e eficácia no alcance de resultados almejados, com avaliações de desempenho e controle das ações individuais (responsabilização).

materialização. O autor enfatiza que as políticas não são implementadas de forma linear e hierárquica, uma vez que os elaboradores/autores de um texto político não podem controlar o significado de uma determinada política, sendo que esta passa por um processo de interpretação conduzido pelos agentes das circunscrições locais, produzindo novos significados, em um processo de “recontextualização”. Nesse sentido, como procedimento metodológico analisamos as novas configurações das políticas educacionais por meio da análise de “redes de políticas”, as quais são entendidas, aqui, como formações institucionais compostas em torno de programas políticos específicos, congregam uma variedade de pessoas e instituições, tratando-se de “[...] uma cooperação mais ou menos estável e hierárquica entre organizações que negociam, trocam recursos e podem compartilhar normas e interesses num ambiente complexo” (RHODES; MARSH, 1992 apud MAINARDES, 2009, p. 10).

De acordo com esses autores, o estudo das políticas públicas implica o reconhecimento da pluralidade dos grupos de interesses e da variedade de organizações estatais e não estatais que estabelecem vínculos entre si nessa trajetória. Assim, estudos sobre redes de políticas têm como foco também o discurso da política e a interpretação ativa que os sujeitos que atuam no contexto da prática realizam ao materializar os textos da política na prática.

Como campo de investigação o presente artigo dedica-se à análise do organismo “Todos pela Educação” (TPE). Tal entidade foi divulgada em 2006 por grupos empresariais da elite brasileira que já tinham um histórico de atuação na educação pública. De acordo com Martins (2008, p. 4), o organismo *Todos pela Educação* surgiu no “[...] complexo contexto de redefinições das relações de hegemonia e do projeto de educação para os países periféricos”. Tal contexto pode ser explicado quando intelectuais e organizações do capital passaram a assumir um papel decisivo no processo de estabelecimento de bases políticas e sociais para legitimar a configuração mais recente do capitalismo em nosso país. Certos grupos políticos e econômicos, preocupados em assegurar a posição de classe dominante-dirigente, começaram a apresentar receitas como viáveis “soluções” para os problemas advindos com as políticas neoliberais. Essa tendência manifestou-se, no cenário brasileiro, a partir da segunda metade dos anos de 1990, e, de maneira mais intensa, nos primeiros anos do século XXI.

Nos resultados do presente estudo apresentamos o movimento do organismo TPE com base na sua estrutura organizacional, o que é destacado em três representações de redes, evidenciando os potentes contributos da classe dos gestores na formulação e implementação das políticas educacionais contemporâneas.

4 RESULTADOS

As teses centrais do organismo “Todos pela Educação” abrangem duas preocupações básicas que devem nortear as ações: a “redemocratização da democracia” e a “repolitização da política” (MARTINS, 2008). Com base nessas premissas, o organismo TPE, portando propostas e enunciados para reorientar a Educação Básica do país, traz em seu discurso expressões e formulações, tais como: o afloramento da “nova cidadania”, o surgimento do “novo coletivismo”, o fortalecimento da “nova sociedade civil” e a necessidade do “Estado gerencial”.

De acordo com Martins (2008), ao assumir o compromisso com a agenda do organismo *Todos Pela Educação*, o governo abre as portas para firmar parcerias com representantes de entidades empresarias como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar-DPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros. Essa parceria remete a indagações sobre quais concepções e princípios vêm nortear o projeto de educação brasileira e como esse fenômeno deve ser interpretado.

É notória a atuação desse organismo para conseguir a adesão de um número cada vez maior de intelectuais orgânicos⁵ em torno de seus interesses, na tentativa de ampliar o alcance de suas iniciativas político-ideológicas. Estudos de Martins (2008), sobre a atuação do TPE, mostram que o evento promovido para o lançamento do projeto Compromisso Todos pela Educação, realizado em setembro de 2006, na cidade de São Paulo, preocupou-se em “selar” um compromisso em defesa da educação pública, por meio da junção de empresários da economia brasileira, representantes das esferas municipal, estadual e federal de poder, dirigentes do Consed e da Undime, além de representantes de organizações da sociedade civil, somando esforços em torno de um mesmo projeto para a educação.

Estudos sobre o organismo TPE (MARTINS, 2008; MARTINS, 2013) destacam que sua origem pode ser interpretada como parte de um contexto de mudança na relação entre sociedade e Estado, que acontece a partir dos anos 1980 e 1990, em razão da suposta necessidade de alteração da dualidade público/privado e da equiparação entre público e estatal (MONTAÑO, 2010). Essa tendência tem origem norte-americana e promove o Terceiro Setor por meio da proliferação de ONGs, institutos e fundações, apresentando como justificativas um discurso eivado com expressões como “responsabilidade social e empresarial”, “investimento social privado”, “voluntariado”, “parceria entre o público e o privado” (MARTINS, 2013).

⁵ Neves e Martins (2010, p. 25) recorrem à expressão “intelectuais orgânicos do capital” para nomear o grupo de intelectuais responsáveis pela “formulação, adaptação e disseminação, em diferentes linguagens, das ideias que fundamentam a nova concepção de mundo e práticas político-ideológicas da burguesia industrial”.

As propostas do organismo “Todos pela Educação”, afastando-se das reivindicações históricas das lutas políticas dos anos 1980, na realidade brasileira, atribuíram à “qualidade da educação” um conceito peculiar. Por meio de uma aliança que buscava abranger os diferentes setores da sociedade, da política e da economia do país, o grupo que iniciou o TPE elaborou o documento “10 Causas e 26 compromissos”, instituindo, em agosto de 2005, o que ficou conhecido por “Pacto Nacional Pela Educação”. Um “pacto” que envolveu União, estados, municípios, empresas socialmente responsáveis, organizações da sociedade civil e educadores (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2007, p. 8).

Para ampliação da adesão de dirigentes políticos, o TPE participou da IV Reunião Ordinária do Consed, realizada em 2005, com a finalidade de apresentar os propósitos do organismo aos 27 secretários estaduais de educação. Martins (2013) assinala que a participação do Consed e da Undime se deu desde a gênese do movimento, uma vez que o presidente e o vice-presidente do Consed, na época, eram sócio-fundadores do TPE, reforçando, assim, “[...] o grau de penetração do TPE nas instâncias decisórias da educação, possibilitando a sensibilização de Secretários de educação (estaduais e municipais) em nível nacional, em torno de suas propostas” (MARTINS, 2013, p. 53-54).

Para conseguir sua legitimação social, o TPE utilizou como estratégias o estabelecimento de alianças com grupos empresariais e instituições sociais e governo, firmadas pela elaboração de propostas que se apropriaram de demandas históricas da educação. Para validar suas propostas, o referido organismo realizou estudos⁶ com vistas a alcançar um levantamento das iniciativas em políticas para educação. Tais estudos mostraram que a baixa qualidade da educação brasileira trazia dificuldades para a capacidade competitiva do país, podendo comprometer o nível de coesão social dos cidadãos (MARTINS, 2013). Nessa etapa de estudos e pesquisas, o grupo passou a contar com novos participantes: “[...] José Roberto Marinho (Organizações Globo), Denise Aguilar Valente (Grupo Bradesco), Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna) e Ricardo Voltolini (Jornalista especializado nos temas Terceiro Setor, investimento social privado, responsabilidade social corporativa e sustentabilidade)” (idem, p. 50). A partir desses estudos, o grupo verificou que a “incapacidade” técnico-política dos governos na realização de políticas educacionais tem provocado sérios problemas para os interesses do capital. Ante esse diagnóstico, os empresários elaboraram, como projeto norteador das ações do organismo, o documento que foi denominado de *Compromisso Todos pela Educação*.

Nessa busca de ampliar as adesões ao organismo, outro evento estratégico, que antecedeu o lançamento oficial do Movimento, foi a participação dos membros do TPE na conferência *Ações de Responsabilidade Social em Educação: melhores práticas na América Latina*, organizada pelas Fundações Lemann, Jacobs e o Grupo Gerda.

⁶ A Biblioteca do Todos pela Educação oferece um amplo acervo de textos, estudos e pesquisas relacionados à Educação Básica. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/>>.

Essa conferência contou com a participação de jornalistas, representantes do governo e de empresas, para propor compromissos concretos para a melhoria da educação na região (FUNDAÇÃO LEMANN, 2006 apud MARTINS, 2013, p. 54). Para Martins (2013), a participação do TPE nessa conferência representou um marco para sua consolidação, uma vez que ampliou as adesões no meio empresarial, aproximando o Movimento e o presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter, e projetando o TPE na América Latina. Em decorrência dessa aproximação, em julho de 2006, Jorge Gerdau ingressou no Compromisso TPE, assumindo o cargo de presidente do Movimento e mobilizando a adesão de outros empresários.

O documento *Compromisso Todos pela Educação* foi resultado da conferência *Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina*, sendo legitimado no meio empresarial, e o TPE foi reconhecido como um importante organismo capaz de defender interesses da classe empresarial na sociedade civil e, ainda, de intervir na definição de políticas educacionais na aparelhagem de Estado, uma espécie de *think tank* para educação no país (MARTINS, 2009). Nesse evento, os temas seriam transformados pela Comissão técnica do TPE nas 5 metas a serem alcançadas até 2022.

Além das definições das metas, foram estabelecidas as ações estratégicas que norteariam o trabalho do TPE, tendo como foco: “comprometer todos os setores; [...] divulgar informações, análises e evoluções dos indicadores; mobilizar toda a sociedade brasileira, qualificando e ampliando a demanda por educação de qualidade para todos” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006). Nessa perspectiva, o TPE deu início a um trabalho de articulação entre governo, investidores privados e sociedade civil “[...] em torno de um ‘objetivo comum’, único e consensual, que seria traçado a partir das convergências em suas propostas. Iniciou-se, assim, o esboço do que seria um projeto único para a educação pública brasileira” (MARTINS, 2013, p. 52).

O “Compromisso Todos pela Educação” conseguiu muitas adesões de empresários, organizações da sociedade civil, intelectuais, universidades, sindicalistas e o próprio governo federal (SHIROMA, 2011). Nesse processo de adesão, o PDE evidencia que o governo federal assumiu plenamente a interlocução com a agenda do “Todos pela Educação”. Essa adesão trouxe como desdobramento uma agenda empresarial para a educação brasileira, introduzindo discursos e referências que objetivam “[...] criar uma nova consciência, uma nova sensibilidade social com relação ao direito à educação e à responsabilidade social que o exercício desse direito implica” (SHIROMA, 2011, p. 224).

A sustentação financeira do TPE foi estruturada por meio da captação de recursos privados, tendo como “patrocinadores”: Grupo Gerdau, Grupo Suzano, Banco Itaú, Banco Bradesco, Organizações Globo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Grupos de Institutos e Federações e Empresas (GIFE) e Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social. Esse conjunto, no qual se destacam grupos com atuação predominante no setor financeiro, entre eles, o grupo Itaú Unibanco Holding S.A., em articulação com o Movimento

Brasil Competitivo (MBC)⁷, é denominado por Evangelista e Leher (2012, p. 7) de “frações do capital”⁸.

O TPE apela para um “pacto social”, reafirmando um sentido e um significado da educação pública, como parte do conjunto de estratégias políticas do “terceiro setor”, que propõe a reinvenção da “sociedade civil”, como uma esfera autônoma do mercado e do Estado, que deve ser orientada para a “coesão social”, restaurando a solidariedade entre as classes sociais e diferentes grupos, uma nova política (GIDDENS, 1999). Dessa forma, utilizando-se de uma forte referência discursiva, o empresariado vem, por meio de estratégias políticas inspiradas em princípios do ideário do “terceiro setor”, investindo em ações para a consolidação de uma agenda educacional comprometida com a produção de “consensos” e “sociabilidades” coerentes com os interesses privados do capital. Desde seu lançamento, esse Movimento vem atuando de forma efetiva no processo de formulação de políticas educacionais.

A lógica que permeia essa estrutura é a seguinte: primeiramente, a *Área Técnica* prima por conhecer os assuntos, analisá-los, entendê-los, cruzar dados, fazer parcerias e promover discussões com especialistas. Em seguida, a *Área da Comunicação e Mobilização* inicia um movimento de divulgação ampla das conclusões, “[...] a fim de criar uma predisposição da população ao tema, de sensibilizar e de conscientizar, para que haja eco e apoio na última etapa: articulação com as diversas instituições e autoridades para encaminhamento ou solução da questão em foco” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012, p. 35). Tal estrutura organizacional tem como finalidade assegurar a implementação da proposta do movimento por meio de uma série de ações que podem ser compreendidas como estratégias articuladas para uma hegemonia no âmbito educacional (MARTINS, 2008).

No que se refere às estratégias da *Área de Articulação e Relações Institucionais*, o TPE vem firmando vínculos com os gestores da educação pública brasileira, por meio da promoção e participação de eventos no cenário da gestão da política educacional, e até mesmo ocupando cargos importantes na política educacional. Uma análise das trajetórias dos integrantes do TPE evidencia o êxito dessa *Área de Articulação e Relações Institucionais*, conseguindo inserções em postos-chave na educação brasileira.

O TPE conta com três áreas, que funcionam de maneira interligada e complementar, baseadas no conteúdo das Metas e das Bandeiras:

⁷ Organização de cunho empresarial criada com fins de intervenção na educação. Idealizado pelo empresário Jorge Gerdaud Johannpeter, o MBC foi criado em novembro de 2001, como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). De acordo com informações no site do Movimento, O MBC “[...] busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, por meio do aumento da competitividade do país”.

⁸ Segundo os autores Evangelista e Leher (2012), a expressão “frações do capital” é utilizada para designar o bloco de poder liderado pelo setor financeiro.

QUADRO 1 – Estrutura Organizacional do Movimento Todos pela Educação

Áreas	Finalidade
Técnica	<ul style="list-style-type: none">- Ofertar informações e gerar conteúdo sobre Educação, tendo como referência as 5 Metas e as 5 Bandeiras.- Acompanhar o cumprimento das 5 Metas nos municípios e estados.
Comunicação e Mobilização	<ul style="list-style-type: none">- Comunicar para toda a sociedade brasileira a causa da Educação, o Todos pela Educação e as 5 Metas e 5 Bandeiras.- Reconhecer e disseminar as melhores práticas para toda a sociedade.
Articulação e Relações Institucionais	<ul style="list-style-type: none">- Formar e fortalecer a rede de parceiros do movimento.- Influenciar o desenho e a implementação de políticas públicas, programas e projetos de Educação.

Fonte: Todos pela Educação, 2012.

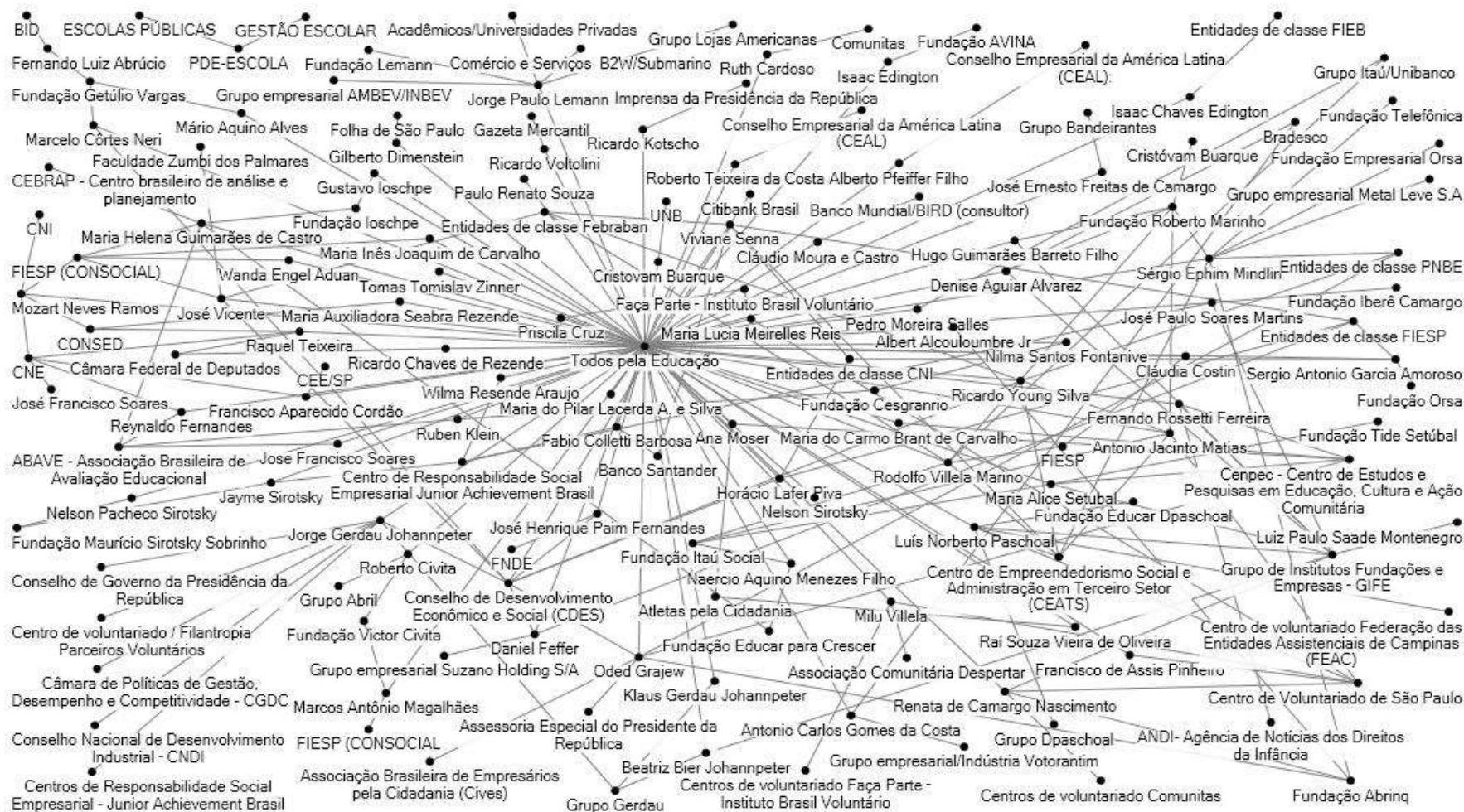
A Figura 1 abaixo elucida a multifacetada composição de agentes e entidades das esferas pública e privada que compõe o Organismo “Todos pela Educação”.

Os vínculos relacionais explicitam o pertencimento simultâneo de pessoas em instituições e organizações da sociedade civil e em instâncias governamentais. Como exemplo, o presidente do Grupo Gerdau encontra-se, simultaneamente, no organismo TPE, uma iniciativa de cunho empresarial, e no CDES, uma instância governamental de grande importância na definição das políticas públicas do país. O gráfico da rede permite visualizar as conexões entre programas/projetos da iniciativa privada como demandas sociais, levando a legitimar novas posições de poder e influência na participação concomitante em conselhos de administração pública, como no caso do CDES, do MEC e outros órgãos de governo.

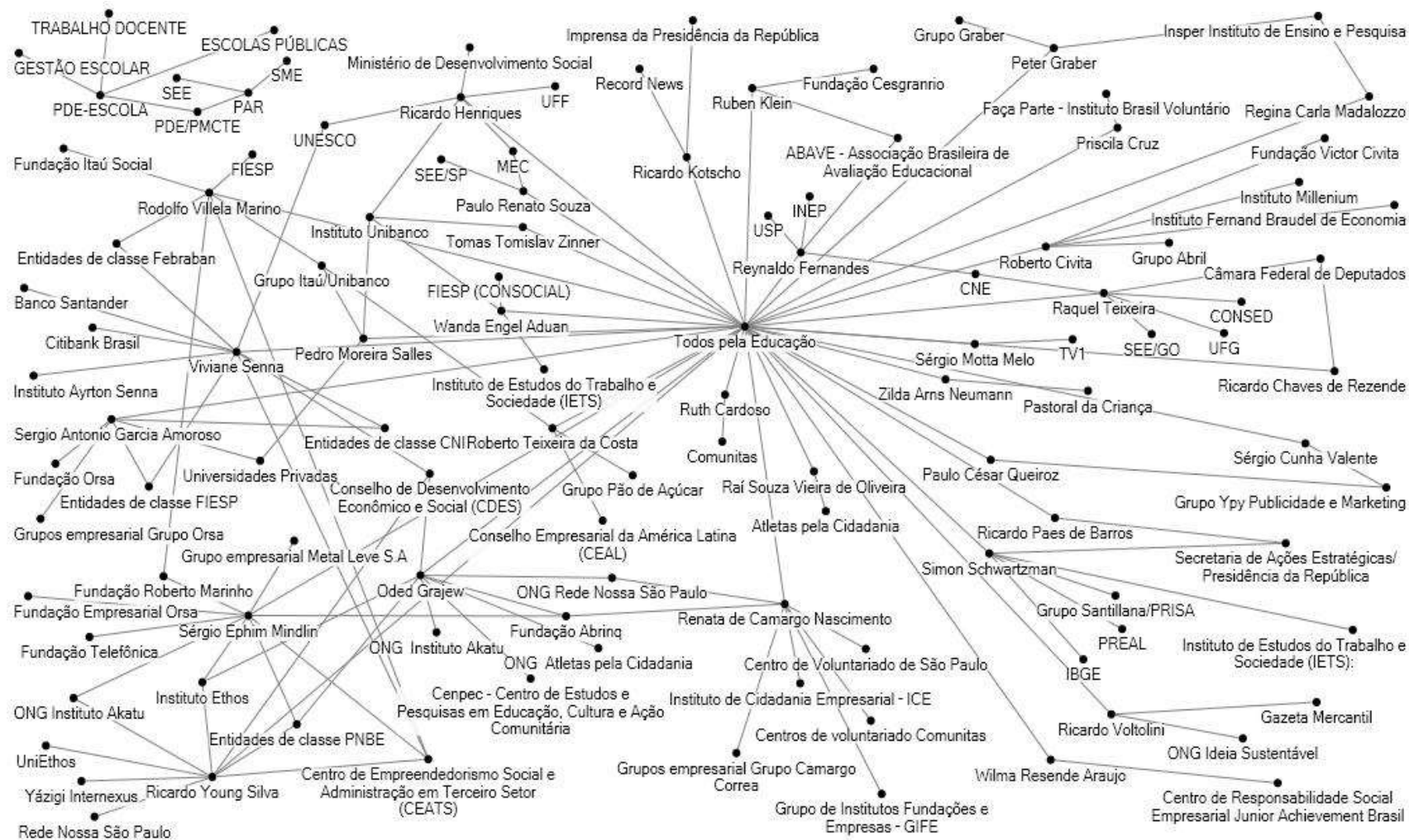
Essa participação simultânea de agentes em instâncias deliberativas no Estado e em instituições privadas implica a vinculação de pressupostos e ideais de “*grantmakers* mantenedoras, representadas, na grande maioria, pelo capital internacional e/ou financeiro, em programas/projetos desenvolvidos no âmbito da educação” (LOPES, 2010, p. 227).

Além disso, o gráfico sugere uma reflexão sobre a notória influência do empresariado na educação pública brasileira, passando a ter grande expressão nessa nova “arquitetura de regulação”. Essas redes de governança, também denominada por Ball (2013) de “heterarquias”, aumentam a gama de atores envolvidos no processo de configuração e distribuição de políticas. Para o autor, essas redes de governança abrangem um processo de catalisação de todos os setores – públicos, privados e voluntários – em um mesmo projeto político, rompendo as barreiras entre Estado e sociedade civil e entre Estado e economia. Esse movimento vai em direção a um “Estado policêntrico” e a uma “[...] mudança no centro de gravidade em torno do qual os ciclos de políticas se movem”, dispersando e desconcentrando os locais de elaboração de políticas (BALL, 2013, p. 180). O TPE é elucidativo de um “Estado policêntrico” e não significa o abandono pelo Estado de sua capacidade de conduzir a política ou um “esvaziamento” do Estado. Na verdade, trata-se de uma nova modalidade de poder público, agência e ação social e uma nova forma de Estado. Estabelece-se uma forma de governança “estratégica” a partir das relações de rede dentro e por meio de novas comunidades políticas, contribuindo para uma nova capacidade de governar e garantir a legitimidade.

As Figuras 2, 3 e 4 seguintes evidenciam os elos que sustentam a atuação dos representantes do TPE, ocupando espaço no governo, e em outros espaços, como em grupos empresariais, entidades de classe, organismos internacionais, espaços acadêmicos, movimentos, fundações e institutos empresariais, mídia, ONGs, entre outros.

FIGURA 2 – Representantes do TPE e a atuação em diversos cargos e espaços


Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 4 – Representantes do TPE e a atuação em diversos cargos e espaços


Fonte: Elaboração própria.

Essas redes de políticas apresentam novos atores no processo político, ratificando novos discursos das políticas e novas formas de influência, que se impõem como mecanismos capazes de colonizar, em certo grau, os espaços abertos pela crítica de organizações estatais, ações e atores existentes (APPLE, 2006 apud BALL, 2013). Nesse movimento, as redes de políticas, dentro da estrutura de governança política, fazem parte de um processo de regulação e condução da sociedade, envolvendo instituições e sujeitos que, articulados, produzem políticas públicas não mais como um assunto exclusivo de uma hierarquia governamental, mas envolvendo organizações tanto públicas quanto privadas (SCHNEIDER, 2005).

Nesse complexo processo, as redes de políticas também podem ser entendidas como estruturas comunicativas das quais tomam parte sujeitos de diferentes posições, a fim de influir sobre diferentes áreas. Nessa perspectiva, a rede constitui uma nova forma de conexão social, de ação coletiva e “solidariedade entre estranhos”. No entanto, trata-se de uma solidariedade entre frações do capital⁹, mediada pela classe dos gestores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sustentadas pela integração orgânica entre frações do capital, as redes são, frequentemente, seletivas e exclusivas, tanto em termos de filiações quanto de discursos, podendo impedir e excluir desse processo de produção de políticas participantes potenciais das políticas, como os sindicatos. Além disso, as “heterarquias” também podem “reespacializar” as políticas, criando novos locais de influência, tomada de decisão e ação das políticas; ou seja, por meio dessas redes, o “território de influência” é ampliado, diversificando os espaços das políticas.

Como resultado desse processo, de acordo com Ball (2013, p. 181), à medida que esses novos locais dentro dos contextos de influência e da produção da política são ampliados, há um aumento concomitante na falta de transparência da elaboração de políticas, uma vez que “[...] dentro de seu funcionamento, não é claro o que pode ter sido dito a quem, onde, com que efeito e em troca do que”. Nessa direção, essas redes são em parte definidas por interesses, podendo prevalecer os interesses financeiros, justificados por discursos de compromissos sociais e de filantropia da classe hegemônica. Considerando esse cenário, ressalta-se a necessidade de desvelar a essência de textos políticos e suas diretrizes produzidas nesse contexto, que se disseminam na sociedade como “soluções” empresariais para problemas sociais e educacionais.

⁹ Segundo os autores Evangelista e Leher (2012), a expressão “frações do capital” é utilizada para designar o bloco de poder liderado pelo setor financeiro.

Essa governança, mediada pela classe dos gestores por meio de redes, caracteriza-se pelo controle sobre instituições estatais, bem como um mecanismo de *accountability*/responsabilização no nível local e de produção de consenso sobre as questões educacionais, dentro da perspectiva do planejamento gerencial. A gestão das redes, geralmente, é alimentada por fluxos contínuos de relações de *accountability* e de gerenciamento, que permitem disseminar concepções e garantir adesões em torno de um pacto social para a solução dos conflitos, desempenhando um “[...] importante papel na renovação da cultura cívica” (GIDDENS, 1999, p. 89), condições essenciais para que seja possível “vigiar” à distância.

No âmbito da educação, essas relações de *accountability* trazem desdobramentos perversos na gestão da escola pública e no trabalho docente. Ball (2010, p. 1341) observa uma maior vigilância sobre o trabalho docente e os resultados escolares, sendo conseguidos por meio de uma estrutura que coloca, de um lado, a administração sustentada por mecanismos de avaliação, financiamento e gestão, e, de outro, o professor, “[...] com implicações sérias para o currículo, para as necessidades dos estudantes, o trabalho em classe e os registros escolares”. Vale destacar que as relações de *accountability*, presentes nas redes de políticas, são mais intensas em suas pontas, ou seja, nas dimensões locais e periféricas, que têm como ponto terminal dessa capilaridade os sistemas de ensino, as escolas e o professor.

Evidencia-se, pois, a dimensão potente da classe dos gestores, nas mediações do novo *ethos* para a educação pública, ancorado na lógica da gestão “público-privada”. Esse hidridismo revela o requinte do neoliberalismo em estruturar, em favor de seus interesses, diferentes agentes e setores sociais. Com efeito, a classe dos gestores figura-se como uma nova espécie de “Leviatã”, sob a imagem da “solidariedade” e da “responsabilidade social” modernas, travestida dos clássicos desígnios constitutivos da classe hegemônica, neste novo ciclo do capital.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. **Education reform: a critical and post – structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen. Vozes/redes políticas e um currículo neoliberal global. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, PB, v. 3, n. 1, p. 485-498. mar./set. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/OEyGRC>>. Acesso em: 06 jul. 2015. ISSN 1983-1579.

BALL, Stephen; JUNEMANN, Carolina. **Networks, new governance and education**. Bristol: The Policy Press, 2012.

BALL, Stephen. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, Michael W.; BALL Stephen; GANDIM, Luís Armando. **Sociologia da Educação: análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BERNARDO, João. **Capital, sindicato e gestores**. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1987.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela educação e o episódio COSTIN no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho necessário**, Niterói, RJ, v. 10, n. 15, p. 1-29. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/NPQE47>>. Acesso em: 06 jul. 2015. ISSN 1808-799X.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Relatório Anual 2006**. Disponível em: <<http://goo.gl/XqSSEz>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LOPES, Kátia de Carvalho. **Educação Pública como nicho de investimento social privado**. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/GmXsq6>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

MAINARDES, Jefferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, SC, v. 9, n. 1, p. 4-16. jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/ShVIs9>>. Acesso em: 06 jul. 2015. ISSN 1984-7114.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de Políticas Educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 27, n. 94, p. 47-69. jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/a9RQLe>>. Acesso em: 06 jul. 2015. ISSN 1678-4626.

MARTINS, André Silva. Todos pela educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil do século XXI. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu, MG. **31ª Reunião da ANPED**. Disponível em: <<http://goo.gl/FKt9Vy>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento “Todos pela Educação”**: um projeto de nação para a educação brasileira Campinas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/uTNj7G>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

MARX, Karl. Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. 2005. **Civitas**, Porto Alegre, RS, v. 5, n. 1, p. 29-58. jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/raS5yL>>. Acesso em: 14 ago. 2013. ISSN 1519-6089.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; LARA, Angela Mara de Barros (Org.). **Políticas para a Educação:** análises e apontamentos. Maringá: EDUEM, 2011, p. 15-38.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Compromisso Todos Pela Educação.** Bases Éticas, Jurídicas, Pedagógicas, Gerenciais, Político-Sociais e Culturais. São Paulo: MEC, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/IK4U4Q>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Institucional.** 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/UDf8hn>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Todos pela Educação:** 5 Metas, 5 Bandeiras, 5 atitudes. São Paulo: MEC, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/aN3GFN>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

Como citar este documento:

SILVA, Maria Vieira; SOUZA, Vilma Aparecida; RICHTER, Leonice Matilde. Educação e classes sociais: as “redes de políticas públicas” e o ethos mercantil na esfera pública. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 3, nov. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8638251>>. Acesso em: 15 dez. 2015.
